

Ata da Reunião das condições e relações de trabalho, de 07 de junho de 2018.

Início da reunião: 9h15

Término da reunião: 12H15

Presentes: Eliane Mesquita, Otávio Sampaio, Claudia Dell'Agnolo Petry, César Fonseca, Nilton Brandão, Elizabete dos Santos, e ainda, Paulo Piazza e Jaci Poli participando a distância por meio de videoconferência.

Eliane inicia a reunião e propõe centralizar a discussão no processo do Ministério Público Federal, que solicita informações sobre a implantação do ponto eletrônico. Reconhece que tem outros pontos importantes a serem discutidos, entretanto solicita para não dispersarmos o debate em outras questões, dada a urgência de nos manifestarmos com relação ao MP. Otávio reforça a importância de definirmos uma pauta de discussão que envolvam outras demandas de discussão e encaminhamentos, tais como as 30 horas, a licença para mestrado e doutorado para técnicos, entre outras. Jaci apresenta uma ponderação sobre a importância de se considerar na questão do ponto eletrônico os instrumentos já utilizados e que em reunião dos pró-reitores em Goiânia sugeriu-se desenvolver um sistema a partir da metodologia do PTD, promovendo adequações para os técnicos. Paulo argumenta, considerando o processo, que sua sugestão é o aprimoramento do controle de ponto hoje utilizado nos campi, visando assegurar um maior acompanhamento dos gestores. Brandão destaca que não seria conveniente misturar o controle dos professores a partir do PTD e a proposta de controle do ponto dos técnicos, sugere que fiquemos na questão apresentada pelo MP que diz respeito a dinâmica de trabalho dos técnicos. Destaca ainda as prioridades de discussão e encaminhamentos da comissão, sejam elas: registro de ponto, flexibilização das 30 horas, licença para mestrado e doutorado para técnicos, mudanças de regimento do CONSUP para incorporar a presença do sindicato, entre outras. Retoma a questão da organização do seminário para tratar com o coletivo do IFPR pontos que são relevantes para os servidores. Cesar retoma a questão das 30 horas a partir da comissão específica, da qual ele participa. Informa que a comissão pediu prorrogação para entrega da proposta que será analisada pelo CONSUP. Eliane questiona César sobre a presença da auditoria na última reunião da Comissão das 30 horas. César informa que a auditoria esteve presente para definir o que seria "público alvo" e "menor unidade administrativa". Que o auditor disse que público alvo parte do conceito de público interno e externo e que menor unidade administrativa tem relação com a política de gestão que está relacionada ao local onde o servidor está lotado. Eliane contesta o conceito de lotação para definir a menor unidade administrativa porque a lotação não define onde o servidor está trabalhando e que deveria ser utilizado o organograma para definir a menor unidade administrativa. Com relação ao ponto eletrônico, César questiona algumas

informações que estão no processo como por exemplo que o IFPR estaria implantando o ponto eletrônico, dizendo que isto não procede. Cesar retoma as alternativas de ferramentas previstas na legislação afirmando que o ponto manual é uma ferramenta legal e que ela funciona. E que se existem denúncias elas precisam ser apuradas, mas isso não invalida o ponto manual, utilizado hoje pelo IFPR. Claudia comenta sobre a falta de fluxo no registro de ponto e aponta a necessidade de regulamentar o fluxo. Sugere que o seminário pode ser um espaço para discussão da regulamentação deste fluxo. Otávio retoma dois pontos que considera importantes: a necessidade de articulação das discussões das comissões (das condições e relações de trabalho com a Comissão das 30 horas). O outro é questão do ponto eletrônico e a pressão que o MP vem fazendo para que se implante este tipo de ponto. Brandão avalia que a questão das 30 horas precisa ser debatida entre a comissão das relações e condições de trabalho e a comissão específica para que se possa contribuir com a proposta que está em elaboração. Aponta que as questões centrais na discussão das 30 horas são o público alvo e a menor unidade administrativa e que particularmente como representante do sindicato, com relação a menor unidade administrativa ele discorda de seguir o organograma e entende que é uma questão política da instituição definir qual é a menor unidade administrativa. Jaci esclarece que não acha que deve se misturar professores e técnicos na discussão do ponto eletrônico, apenas que no sistema deve-se abrir espaço para um registro de trabalho dos técnicos segundo o modelo do PTD. Paulo mantém seu posicionamento de que devemos aprimorar o controle feito hoje por meio do livro ponto. Com relação as 30 horas Paulo argumenta sobre a necessidade de se partir do trabalho cooperativo nas diversas seções. Elizabete faz uma ponderação sobre a pauta desta reunião, direcionada a discussão do processo do MP e que a discussão das 30 horas precisa ficar para o momento oportuno juntamente com a Comissão específica das 30 horas. Que debater esta questão agora é perda de tempo uma vez que precisará ser retomada em outra ocasião. Com relação ao processo Elizabete diz que cabe informar ao MP que a proposta de ponto eletrônico não foi aceita pelos técnicos do IFPR que pediram espaço para construir uma proposta coletivamente e que também é importante lembrar que sempre vemos nos meios de comunicação denúncias de uso indevido de pontos eletrônicos por pessoas de má fé e que o fato de ser eletrônico não garante nada. Que enquanto esta proposta não for construída é necessário manter o ponto manual. Eliane esclarece que sua posição não é de defesa do ponto eletrônico e que o controle do ponto da forma que esta ela considera bom porque atende de maneira flexível as diversas realidades das unidades de trabalho. Entretanto, entende que este argumento não será aceito pelo MP e que é necessário apresentar uma proposta de aprimoramento do controle de ponto. Folha ponto ou registro de presença são a mesma coisa e não adianta apenas trocar um por outro. Eliane fala da falta de compreensão dos servidores com relação ao sistema eletrônico de controle de ponto e que ele oferece a

flexibilidade necessária e pode atender inclusive situações de trabalho fora do horário previsto. Brandão retoma que na reunião de 23 de abril não foi aceita a minuta do ponto eletrônico e que esta informação deve constar na resposta a ser dada ao MP e que é necessário uma construção coletiva por parte de todos os representantes dos campi do IFPR para construir e assumir a responsabilidade pela proposta coletivamente. Otávio reforça a posição do Brandão, em especial a importância de se trabalhar o comprometimento com a instituição e que o ponto eletrônico não garante a lisura do processo de controle de presença. Eliane a título de encaminhamento da resposta a ser apresentada ao MP sugere a definição de prazos para construção de uma nova proposta a partir do zero, uma vez que os servidores não aceitaram a minuta formulada pela PROGEPE. A partir deste debate definiu-se então a seguinte estratégia de trabalho visando a construção da proposta: 1. estudo e levantamento de registros pontos em outras instituições públicas até o final de agosto; 2. enquetes junto aos técnicos para levantar sugestões iniciais e posterior análise dos dados até o final de agosto; 3. seminário, com pelo menos um técnico representante de cada campi, onde serão apresentados os dados levantados no estudo e na enquete e a construção coletiva de uma proposta inicial, até o final de setembro; 4. a proposta será discutida nos campi para apresentação de sugestões, até o final de outubro; 5. seminário com pelo menos um técnico de cada campi para debate e consolidação das sugestões, até o final de novembro; 6. encaminhamento da proposta ao CONSUP para aprovação final. Eliane argumenta sobre a importância de se deixar claro que a discussão será com os técnicos uma vez que a construção se dará para formulação de uma proposta de controle de ponto para os técnicos. Reforça também que o chamamento para participação dos representantes dos campi nos seminários deverá deixar claro a responsabilidade desta representação na formulação da proposta. Jaci Poli questiona a inclusão dos professores que exercem funções de FG e CD nessa normatização por não estar prevista a sua participação na reunião e no debate. Pondera que, se incluída a questão dos docentes com FG e CD for mantida na proposta de debate há a necessidade de incluir docentes no debate. Para esses casos pondera que deverá ser discutido e regulamentado em outro espaço, com a participação efetiva dos docentes no debate. Otávio reitera mais uma vez que é necessário viabilizar a articulação da discussão da comissão das 30 horas com a comissão das relações e condições de trabalho, antes da proposta ser apresentada ao CONSUP. César informa que a comissão vai se reunir no dia 28 de junho para tentar fechar uma proposta inicial e que antes disso não adianta promover uma reunião das duas comissões porque não tem nada sistematizada ainda. Eliane ficou de chamar esta reunião conjunta antes do documento ser apresentado ao CONSUP. Com relação ao item 1. da estratégia de construção coletiva da proposta de controle de ponto, Eliane e Elizabete ficaram de conversar com a UFPR e a UTFPR para levantar como é feito este controle nestas instituições. Com relação ao item 2. da estratégia de construção coletiva da proposta de

controle de ponto, Claudia e Cesar ficaram de apresentar uma sugestão de enquete na próxima reunião que tratará exclusivamente deste assunto, no dia 19 de junho. Como última questão de encaminhamento, Elizabete sugeriu que, uma vez que foram encaminhadas as duas questões mais emergentes, sejam elas: a flexibilização das 30 horas e o ponto eletrônico, sejam marcadas reuniões ordinárias para se discutir outros pontos de pauta, considerados importantes, para que as reuniões da comissão possam ganhar em agilidade e também possam contemplar outras questões relevantes das condições e das relações de trabalho dos servidores. Eliane acatou a sugestão e sugeriu que a comissão se reúna ordinariamente toda a primeira terça de cada mês, com pauta previamente definida, a partir do mês de agosto. Com a concordância de todos, foram estipuladas as seguintes datas para as reuniões ordinárias: 07 de agosto, 04 de setembro, 02 de outubro, 06 de novembro e 04 de dezembro, podendo sofrer alteração caso estas reuniões coincidam com as reuniões do CONSUP OU CODIR. Nada mais tendo a acrescentar, assinam os presentes:

* O original encontra-se assinado.